



CÂMARA MUNICIPAL DE VILA VELHA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
"Deus seja louvado"

2ª SESSÃO (ORDINÁRIA) 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 20ª LEGISLATURA – DIA 04/02/2026

ORADORES: 1º) PASTOR FABIANO 2º) ADEMIR PONTINI 3º) PATRÍCIA CRIZANTO

PAUTA DA ORDEM DO DIA:

01 DISCUSSÃO e VOTAÇÃO: (em regime de urgência)

Processo protocolado sob o nº 4715/25 de autoria do **Prefeito Municipal**, contendo Projeto de Lei que dispõe sobre a criação da Comissão de Avaliação e Aprimoramento dos Processos de Trabalho dos Equipamentos de Saúde da Secretaria Municipal de Saúde.

PARECER DA COMISSÃO DE JUSTIÇA - Pela **legalidade** da matéria

PARECER DA COMISSÃO DE SAÚDE -

PARECER DA COMISSÃO DE FINANÇAS -

QUORUM: Maioria Absoluta

VOTAÇÃO: Biométrica

02 1ª DISCUSSÃO: (do parecer da Comissão de Justiça)

Processo protocolado sob o nº 4369/25, de autoria da Vereadora **Patrícia Crizanto**, contendo Projeto de Lei que declara de utilidade pública a "UNIÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO E ENSINO - UBEE", com sede neste município.

PARECER DA COMISSÃO DE JUSTIÇA - Pela **legalidade** da matéria

03 1ª DISCUSSÃO: (do parecer da Comissão de Justiça)

Processo protocolado sob o nº 4453/25, de autoria do Vereador **Ademir Pontini**, contendo Projeto de Lei que institui o "Dia Municipal de Conscientização da Síndrome de Tourette" no Calendário Oficial do Município de Vila Velha e dá outras providências.

PARECER DA COMISSÃO DE JUSTIÇA - Pela **legalidade** da matéria

04 1ª DISCUSSÃO: (do parecer da Comissão de Justiça)

Processo protocolado sob o nº 4464/25, de autoria do Vereador **George Alves**, contendo Projeto de Lei que reconhece a Escola de Samba Mocidade Unida da Glória – MUG – como Patrimônio Cultural Imaterial do Município de Vila Velha e dá outras providências.

PARECER DA COMISSÃO DE JUSTIÇA - Pela **legalidade** da matéria

05 1ª DISCUSSÃO: (do parecer da Comissão de Justiça)

Processo protocolado sob o nº 4506/25, de autoria da Vereadora **Patrícia Crizanto**, contendo Projeto de Lei que declara de utilidade pública o "INSTITUTO PRO-TAPIR PARA A BIODIVERSIDADE", com sede neste município.

PARECER DA COMISSÃO DE JUSTIÇA - Pela **legalidade** da matéria

06 1ª DISCUSSÃO: (do parecer da Comissão de Justiça)

Processo protocolado sob o nº 4549/25, de autoria do Vereador **Léo Pindoba**, contendo Projeto de Lei que institui no município de Vila Velha o "Dia do Aniversário do Bairro Santos Dumont" e dá outras providências.

PARECER DA COMISSÃO DE JUSTIÇA - Pela **legalidade** da matéria

07 1ª DISCUSSÃO: (do parecer da Comissão de Justiça)

Processo protocolado sob o nº 4591/25, de autoria do Vereador **Devanir Ferreira**, contendo Projeto de Lei que dispõe sobre a isenção do pagamento de taxa de inscrição em concursos públicos realizados no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta do Município de Vila Velha para mulheres vítimas de violência doméstica e familiar, e dá outras providências.

PARECER DA COMISSÃO DE JUSTIÇA - Pela **legalidade** da matéria

08 1ª DISCUSSÃO: (do parecer da Comissão de Justiça)

Processo protocolado sob o nº 4662/25, de autoria do Vereador **Thiago Henker**, contendo Projeto de Lei que declara de utilidade pública o "INSTITUTO ESTRELAR", com sede neste município.

09 1ª DISCUSSÃO: (do parecer da Comissão de Justiça)

Processo protocolado sob o nº 4663/25, de autoria do Vereador **Thiago Henker**, contendo Projeto de Lei que denomina de “WELINGTON CARLOS MARTINS FALCÃO” a quadra poliesportiva localizada na Praça do bairro Jardim Marilândia, neste município.

PARECER DA COMISSÃO DE JUSTIÇA - Pela **legalidade** da matéria

10 1ª DISCUSSÃO: (do parecer da Comissão de Justiça)

Processo protocolado sob o nº 4676/25, de autoria do Vereador **Léo Pindoba**, contendo Projeto de Lei que institui no município de Vila Velha o “Dia do Aniversário do Bairro Jaburuna” e dá outras providências.

PARECER DA COMISSÃO DE JUSTIÇA - Pela **legalidade** da matéria

11 1ª DISCUSSÃO: (do parecer da Comissão de Justiça)

Processo protocolado sob o nº 4682/25, de autoria do Vereador **Alex Recepute**, contendo Projeto de Lei que declara de utilidade pública a “ASSOCIAÇÃO E CENTRO TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO AVANÇADO DE ATLETAS”, com sede neste município.

PARECER DA COMISSÃO DE JUSTIÇA - Pela **legalidade** da matéria

12 1ª DISCUSSÃO: (do parecer da Comissão de Justiça)

Processo protocolado sob o nº 4701/25, de autoria do Vereador **George Alves**, contendo Projeto de Lei que institui no município de Vila Velha o feriado municipal religioso, no dia 8 de dezembro, em honra à “Imaculada Conceição da Virgem Maria”, e dá outras providências.

PARECER DA COMISSÃO DE JUSTIÇA - Pela **legalidade** da matéria

13 1ª DISCUSSÃO: (do parecer da Comissão de Justiça)

Processo protocolado sob o nº 4705/25, de autoria do Vereador **George Alves**, contendo Projeto de Lei que revoga as leis municipais que mencionam com vistas à desburocratização do ambiente normativo e ao fortalecimento do empreendedorismo local, e dá outras providências.

PARECER DA COMISSÃO DE JUSTIÇA - Pela **legalidade** da matéria

14 1ª DISCUSSÃO: (do parecer da Comissão de Justiça)

Processo protocolado sob o nº 46/26, de autoria do Vereador **Rafael Primo**, contendo Projeto de Lei que dispõe sobre o protocolo de combate à discriminação nos eventos esportivos realizados no Município de Vila Velha, e dá outras providências.

PARECER DA COMISSÃO DE JUSTIÇA - Pela **legalidade** da matéria

15 1ª DISCUSSÃO: (do parecer da Comissão de Justiça)

Processo protocolado sob o nº 47/26, de autoria do Vereador **Rafael Primo**, contendo Projeto de Lei que dispõe sobre a possibilidade de conversão do pagamento de multas de trânsito de natureza leve, aplicadas pelo Município de Vila Velha em doação de sangue e de medula óssea, e, dá outras providências.

PARECER DA COMISSÃO DE JUSTIÇA - Pela **legalidade** da matéria

16 1ª DISCUSSÃO: (do parecer da Comissão de Justiça)

Processo protocolado sob o nº 48/26, de autoria do Vereador **Rafael Primo**, contendo Projeto de Lei que dispõe sobre o uso de espaços públicos para fins de orientação, acompanhamento e treinamento de atividades físicas e esportivas por profissionais de Educação Física, no Município de Vila Velha/ES, e dá outras providências.

PARECER DA COMISSÃO DE JUSTIÇA - Pela **legalidade** da matéria

- 01** Protocolo nº 132/26, de iniciativa do Vereador **Alex Recepute**, contendo proposição que visa apresentar Moção de Aplauso ao Sr. Charles Costa.
-
- 02** Protocolo nº 071/26, de iniciativa do Vereador **Devacir Rabello**, contendo proposição que visa apresentar Moção de Aplauso à Lares Casa de Repouso.
-
- 03** Protocolo nº 112/26, de iniciativa do Vereador **Flávio Pires**, contendo proposição que visa apresentar Moção de Aplauso ao Sr. William de Paula Schulz.
-
- 04** Protocolo nº 167/26, de iniciativa do Vereador **Ademir Pontini**, contendo proposição que visa apresentar Moção de Aplauso aos Srs. Francisco Sebastião Favares, Rita Matavelli Favares e Cristiano Favares.
-
- 05** Protocolo nº 168/26, de iniciativa do Vereador **Ademir Pontini**, contendo proposição que visa apresentar Moção de Aplauso à Sra. Larissa Gusmão e ao Sr. Marcos Gusmão.
-
- 06** Protocolo nº 179/26, de iniciativa do Vereador **Flávio Pires**, contendo proposição que visa apresentar Moção de Aplauso ao Grupo Hoje dá Samba.
-
- 07** Protocolo nº 227/26, de iniciativa do Vereador **Alex Recepute**, contendo proposição que visa apresentar Moção de Aplauso Sr. Ramon Calmon Pereira.
-
- 08** Protocolo nº 257/26, de iniciativa do Vereador **Doutor Hércules**, contendo proposição que visa apresentar Moção de Aplauso à Sra. Rafaela Marquezini.
-
- 09** Protocolo nº 258/26, de iniciativa do Vereador **Doutor Hércules**, contendo proposição que visa apresentar Moção de Aplauso ao Pastor Evaldo.
-
- 10** Protocolo nº 337/26, de iniciativa do Vereador **Devacir Rabello**, contendo proposição que visa apresentar Moção de Aplauso ao Padre Jairo Souza.
-

PROCESSO PROTOCOLIZADO SOB O Nº 4715/2025

Projeto de Lei

Dispõe sobre a criação da Comissão de Avaliação e Aprimoramento dos Processos de Trabalho dos Equipamentos de Saúde da Secretaria Municipal de Saúde (SEMSA) e dá outras providências.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE VILA VELHA**, Estado do Espírito Santo: Faço saber que o Povo, por intermédio de seus representantes, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Fica instituída, no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde (SEMSA), a Comissão de Avaliação e Aprimoramento dos Processos de Trabalho dos Equipamentos de Saúde, com a finalidade de avaliar, propor, monitorar e aprimorar os fluxos, metas e práticas de gestão e assistência adotados nas unidades da rede municipal de saúde.

CAPÍTULO II DA COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO

Art. 2º A Comissão será composta exclusivamente pelos servidores ocupantes dos seguintes cargos ou funções:

- I** – Gerente da Atenção Primária à Saúde;
- II** – Gerente da Atenção Ambulatorial Especializada;

- III – Coordenador(a) Geral da Atenção Primária à Saúde;
- IV – Coordenadores(as) das Unidades Básicas de Saúde;
- V – Coordenador(a) do Centro Municipal de Atenção Especializada;
- VI – Coordenador(a) do Centro de Referência de IST/AIDS;
- VII – Coordenadores(as) dos Centros de Atenção Psicossocial;
- VIII – Coordenador(a) do Hospital Municipal de Cobilândia;
- IX – Coordenador(a) do Centro de Referência do Idoso;
- X – Coordenador(a) da Unidade de Vigilância em Zoonoses.

§ 1º A Comissão será presidida, em conjunto, pelo(a) Gerente da Atenção Primária à Saúde e pelo(a) Gerente da Atenção Ambulatorial Especializada, e secretariada pelo(a) Coordenador(a) Geral da Atenção Primária à Saúde.

§ 2º Na ausência dos presidentes, a presidência da Comissão será exercida pelo(a) Coordenador(a) Geral da Atenção Primária à Saúde, que designará um dos membros para desempenhar a função de secretário(a).

§ 3º Poderão ser convidados, a critério da Presidência, representantes de setores técnicos e administrativos da SEMSA, bem como profissionais de áreas correlatas, para subsidiar análises, estudos e a elaboração de relatórios técnicos da Comissão, aos quais não será devida nenhuma contrapartida financeira.

CAPÍTULO III DAS ATRIBUIÇÕES

Art. 3º Compete à Comissão de Avaliação e Aprimoramento dos Processos de Trabalho dos Equipamentos de Saúde:

- I – analisar periodicamente os indicadores de produção, acesso, qualidade e resultados assistenciais dos equipamentos de saúde da rede municipal;
- II – avaliar a efetividade dos fluxos de atendimento e dos protocolos assistenciais e administrativos;
- III – propor ajustes e aprimoramentos em fluxos, rotinas e protocolos, visando à melhoria da coordenação do cuidado;
- IV – acompanhar o cumprimento das metas pactuadas na Programação Anual de Saúde (PAS);
- V – identificar obstáculos e ociosidades na rede de serviços, sugerindo medidas para otimização dos recursos;
- VI – elaborar pareceres e relatórios técnicos sobre temas relacionados aos processos de trabalho;
- VII – propor a realização de capacitações e estratégias de apoio técnico às unidades de saúde;
- VIII – apoiar a articulação entre os diversos níveis de atenção à saúde;
- IX – manifestar-se sobre outras matérias que lhe sejam submetidas pelo Secretário Municipal de Saúde.

Parágrafo único. As competências previstas neste artigo não excluem outras atribuições correlatas que venham a ser cometidas à Comissão, desde que compatíveis com sua finalidade.

CAPÍTULO IV DA ORGANIZAÇÃO E DO FUNCIONAMENTO

Art. 4º A Comissão reunir-se-á, ordinariamente, duas vezes ao mês e, extraordinariamente, mediante convocação formal de sua Presidência.

Parágrafo único. As atividades da Comissão serão desenvolvidas, preferencialmente, fora do horário de expediente ordinário dos servidores.

CAPÍTULO V DA GRATIFICAÇÃO

Art. 5º Os membros da Comissão farão jus a uma gratificação mensal no valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais), condicionada à participação nas reuniões e ao cumprimento das obrigações estabelecidas nesta Lei e em seu regulamento.

Art. 6º A gratificação de que trata o artigo 5º possui natureza remuneratória e caráter transitório, sendo devida somente durante o efetivo exercício das funções na Comissão.

Art. 7º A vantagem pecuniária de que trata esta Lei não se incorpora aos vencimentos do cargo efetivo ou em comissão para nenhum efeito e não gera direito adquirido após a dispensa do servidor da composição do colegiado.

Art. 8º A gratificação de que trata esta Lei integrará a remuneração do servidor para todos os fins previstos na legislação municipal, especialmente na Lei Complementar nº 006/2002, e sobre ela incidirá a contribuição previdenciária, nos termos da legislação federal e municipal aplicável.

CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 9º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta de dotação orçamentária própria da Secretaria Municipal de Saúde, referente ao pagamento de pessoal e encargos sociais.

Art. 10. O Poder Executivo regulamentará esta Lei por meio de Decreto, que disporá sobre os procedimentos, indicadores de desempenho e produtos técnicos necessários ao funcionamento da Comissão.

Art. 11. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Vila Velha, ES, 18 de dezembro de 2025.

ARNALDO BORGIO FILHO
Prefeito Municipal
